

23 SET 1990

JORNAL DO BRASIL

A política da dívida externa - II

Sérgio Henrique Hudson
de Abranches *

Um quadro internacional delicado, agravado pela crise do Golfo, aguça e complica o conflito de interesses e as contradições subjacentes à questão da dívida de países como o Brasil. Cada vez mais, um acordo razoável, no prazo mais curto possível, parece ser a melhor opção.

De um lado, o contexto político-econômico mundial mudou radicalmente, exigindo uma nova postura de instituições multilaterais como o FMI e o Banco Mundial. De outro, estas organizações não podem colocar-se contra os interesses do sistema financeiro mundial e, em particular, do americano com os quais têm fortes ligações e muitos pontos de vista em comum.

As mudanças não são poucas, nem superficiais. Já nesta próxima reunião do FMI, a União Soviética participará como observadora. Brevemente passará a integrar o Fundo. A reunificação da Alemanha alterará seu perfil, seu peso e seu comportamento nas relações econômicas internacionais. A integração europeia, em 1992, modificará significativamente a atitude dos países da comunidade, que terão que contrabalançar seus próprios interesses e os interesses da nova coletividade, principalmente no que se refere à coordenação de medidas macroeconômicas de escopo internacional ou regional. As transformações sócio-econômicas e políticas no Leste europeu introduzem novas variáveis no processo de redefinição da ordem comercial, financeira e monetária internacional.

O FMI terá que exercer um delicado papel de arbitragem neste novo quadro, mais instável e mais complexo, no qual a coordenação macroeconômica e o ajustamento financeiro e monetário internacional demandarão muito mais esforço e flexibilidade política. Por isto ele pode vir a contrariar interesses imediatos e particulares de bancos ou de países, por mais poderosos que sejam, se necessário para viabilizar a institucionalização da nova ordem econômica e financeira mundial. Essa noção Michel Camdessus, o diretor do Fundo, já mostrou ter. Mas, ao mesmo tempo, o Fundo jamais fará isto sem ter motivos muito sólidos e legítimos.

Neste sentido, para o Fundo, a modernização econômica do Brasil, a abertura do mercado com drástica redução do protecionismo e o fim da inflação são objetivos estratégicos suficientemente importantes para justificar boa margem de flexibilidade. Por esta razão, o Fundo não considera que o Brasil esteja obrigado a retomar imediatamente o pagamento dos juros em atraso e do serviço corrente da dívida, porque tem obtido saldos recordes no balanço comercial. Posição insistentemente defendida pelos credores privados. Os técnicos do FMI estão dispostos a admitir que estes saldos sofrerão redução significativa com o aumento dos preços do petróleo e com o crescimento das importações, resultante da abertura econômica. Também reconhecem a necessidade de recomposição do nível de reservas do país.

Até aí tudo bem. É este o sentido da declaração de Michel Camdessus de que o Fundo não pode comprometer o processo de ajustamento de países como o Brasil, para atender a todos os interesses dos credores privados. Mas isto não significa um aval à moratória. Ao contrário, condicionou a aprovação do acordo com o Brasil a uma "razoável segurança" de que as negociações com os bancos comerciais "terão início com total boa-fé". Uma

declaração excessivamente cautelosa que provocou o protesto dos banqueiros e o levou a ser mais estrito e explícito, dizendo que só apresentará a carta de intenções com o Brasil a aprovação do comitê executivo, se as negociações com os bancos estiverem bem encaminhadas e se ele pessoalmente sentir-se persuadido de que terão um desfecho favorável, de modo que o empréstimo do FMI não caia em um vácuo.

Houve uma relativa redução do grau de flexibilidade do Fundo nos últimos dias. Resultado da irritação dos banqueiros com a maneira pela qual as conversações vinham sendo encaminhadas e da bateria de pressões que dirigiram ao Fundo. Mas não se pode dizer que o FMI esteja sinalizando que imporá condicionalidades nos moldes demandados pelo credores. Trata-se, claramente, de um compromisso diplomático. O Brasil obterá o empréstimo, mas para isto terá que iniciar imediatamente negociações com os bancos comerciais. Um movimento que já havia sido antecipado pela Ministra Zélia Cardoso de Mello, que anunciou a possível apresentação de uma proposta formal aos bancos entre meados e final de setembro. Uma proposta formal de equacionamento factível para a dívida, ainda que sob condições restritivas e sem o compromisso explícito de retomar o pagamento dos juros atrasados antes de fechado um acordo definitivo, provavelmente seria suficiente para o FMI e o Clube de Paris.

A comitiva brasileira terá que apresentar, por outro lado, justificativa persuasiva para as dificuldades de controle definitivo da inflação. Pode vir a ser pressionada para adotar um cronograma mais acelerado e medidas mais concretas para a abertura da economia, principalmente na informática. Terá que demonstrar que está preparada para fechar o ano com taxas bem mais moderadas de inflação.

A seu favor terá, basicamente, a credibilidade adquirida pela obstinação com que vem conduzindo a política antiinflacionária e pela disposição incondicional do Presidente de usar sua autoridade em apoio à equipe econômica. Mas o prazo para transformar metas em resultados concretos começa a encurtar. E será tanto mais curto, quanto mais vantagens o país obtiver.

A equipe brasileira sentirá, por trás das gentilezas diplomáticas e cortesias habituais em reuniões deste gênero, o clima de tensão e expectativa que se foi formando nas últimas semanas. Nos bastidores haverá muita cobrança e muita pressão.

O governo brasileiro tem tratado habitualmente questões econômicas mais complexas primeiramente nos planos político e simbólico, buscando ampliar seu horizonte de tempo para encontrar soluções reais. É uma estratégia que pode produzir resultados satisfatórios por algum tempo e ampliar o seu raio de manobra. Mas a eficácia deste comportamento tem limites e, a partir de um determinado ponto, a credibilidade do governo começa a se dissipar, na ausência de algo mais palpável do que declarações de intenções e novas iniciativas políticas.

É o que parece já estar acontecendo tanto no plano doméstico, quanto no internacional. Os resultados da política governamental ainda são ambivalentes. Já não temos superinflação, mas a taxa de inflação ainda está alta demais, principalmente para aqueles que já não podem mais indexar suas rendas. Temos a recessão, mas não tão profunda, nem tão generalizada a ponto de alterar o comportamento da maioria. A abertura da economia ainda é muito limitada.

Esta ambivalência está minando a confiança na capacidade do governo em dar soluções definitivas e completas para os problemas mais urgentes da economia brasileira, entre os quais se sobressai o da inflação. Condição indispensável para que possa implementar um programa coerente de retomada do crescimento com um novo padrão distributivo. É esta a cobrança que lhe vem sendo feita no Brasil e, muito provavelmente, que também será reiterada em Washington.